

***Companhia de  
Desenvolvimento  
Econômico de Minas  
Gerais - Codemig***

***Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2018  
e relatório dos auditores independentes***





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board (IASB)*.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

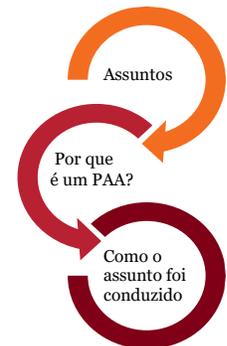
---

Chamamos a atenção para a Nota 15 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada, sua principal fonte de recursos, mantém saldos com parte relacionada integrante do Governo do Estado de Minas Gerais, em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira, cede em comodato não oneroso, imóvel de sua propriedade à entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais e tem despesas administrativas e de estrutura assumidas por parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

O contexto de nossa auditoria é definido com base nas principais atividades da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Conforme descrito na Nota 1 às demonstrações financeiras, o evento mais significativo ocorrido nesse exercício foi a cisão parcial de suas operações, cuja parcela cindida foi assumida pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE, tendo permanecido na Companhia os negócios relacionados com a exploração de Nióbio. Nesse contexto, nossa estratégia de auditoria, bem como a definição dos Principais Assuntos de Auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela exclusão do assunto referente a avaliação do valor recuperável dos investimentos em coligadas, uma vez que esses investimentos foram vertidos para a CODEMGE.



### Porque é um PAA

#### Receita da exploração do nióbio (Notas 1 e 23)

As receitas da Companhia são substancialmente provenientes dos recursos oriundos da atividade de exploração do nióbio, por meio de sua participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) em conjunto com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM (“CBMM”).

As receitas são reconhecidas e os resultados apurados pela SCP com base em informações obtidas da CBMM, as quais são monitoradas e controladas pela administração da Companhia com o objetivo de apurar e registrar os valores de forma correta, completa e no adequado período de competência.

A relevância dos valores dessas receitas, bem como os potenciais riscos envolvidos na sua apuração e no seu reconhecimento no período correto por meio

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos descritos a seguir:

Efetuamos a leitura e o entendimento do contrato entre a Codemig e a CBMM, bem como a atualização sobre o entendimento dos controles internos do processo de apuração e reconhecimento de receitas e contas a receber.

Efetuamos procedimentos analíticos sobre a movimentação das receitas, para identificar variações inconsistentes às nossas expectativas, obtidas a partir de nosso conhecimento prévio das operações da SCP, e que possam indicar potenciais problemas de apuração e competência.



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

---

### **Porque é um PAA**

da SCP, nos levou a identificar essa área como de risco significativo, o que requer considerações especiais de auditoria.

---

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Obtivemos da CBMM a confirmação direta do valor da receita do exercício e do saldo de contas a receber da SCP em 31 de dezembro de 2018.

Efetuamos o recálculo dos valores reconhecidos como receita do exercício, com base na fórmula descrita no contrato entre a Companhia e a CBMM.

Além dos testes descritos anteriormente, realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e realizamos teste de recebimento subsequente das contas a receber em aberto ao final do exercício referente aos valores da SCP.

Consideramos que os valores e as informações divulgados estão consistentes com os dados e documentos obtidos em nossa auditoria.

---

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

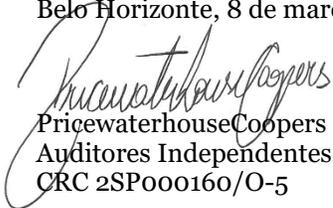
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

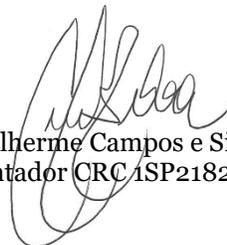
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 8 de março de 2019

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Guilherme Campos e Silva  
Contador CRC 1SP218254/O-1

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Relatório da administração

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CODEMIG passou por expressivas mudanças em 2018. Em decorrência da Lei Estadual nº 22.828/18, que autorizou o Estado de Minas Gerais a alienar parte das ações da CODEMIG, com o intuito de tornar a Companhia mais atrativa ao mercado e, ao mesmo tempo, preservar as ações de desenvolvimento, foi aprovada sua cisão parcial, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2018, com transmissão de parte do patrimônio da Companhia para uma sociedade nova, a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE.

Atualmente, a CODEMIG tem um único negócio: a exploração do nióbio, por meio de Sociedade em Conta de Participação (SCP) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). Em relação a sua estrutura societária, a CODEMGE é detentora de 70% das ações da CODEMIG, o que lhe permite dar continuidade às ações de desenvolvimento econômico e redução das desigualdades existentes em Minas Gerais, anteriormente conduzidas diretamente pela CODEMIG, enquanto o Estado de Minas Gerais detém os 30% restantes, fazendo jus ao recebimento de dividendos, fundamentais no atual contexto fiscal desafiador.

A cisão da CODEMIG buscou evitar a aplicação de desconto de holding no preço de suas ações, tendo em vista que era gestora de vários ativos de natureza, maturidade e prazos de retorno econômico diferentes, minimizar a percepção de risco pelo investidor, e, ainda, preservar a capacidade do Estado de Minas Gerais de continuar usando recursos da participação da SCP com a CBMM nas atividades de fomento ao desenvolvimento econômico.

### **EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

A reorganização societária da CODEMIG refletiu-se diretamente em seus indicadores econômico-financeiros.

Em **volume de desembolsos**, a Companhia distribuiu ao todo **R\$820 milhões**, decorrentes de dividendos intercalares, a seus acionistas, sendo R\$574 milhões a seu acionista majoritário, a CODEMGE, e R\$246 milhões ao Estado de Minas Gerais, seu outro acionista.

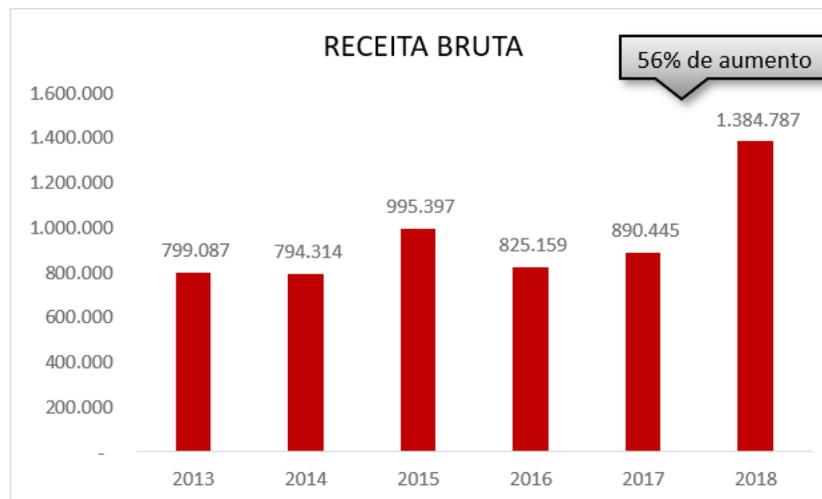
# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

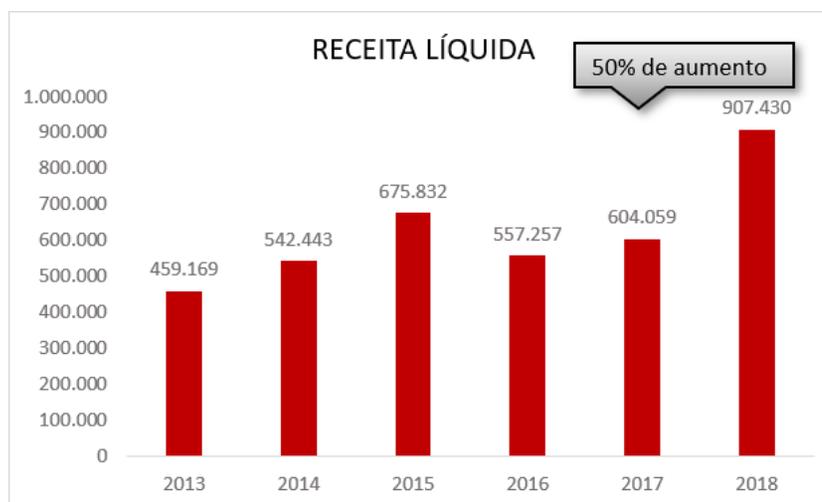
### RECEITA BRUTA<sup>1</sup>



A CODEMIG atingiu, em 2018, receita bruta de **R\$1,4 bilhão** e receita líquida de **R\$907 milhões**. A ampliação da receita da CODEMIG deve-se principalmente ao incremento dos lucros recebidos da Sociedade em Conta de Participação (SCP) mantida com a CBMM.

A receita bruta<sup>1</sup> recebida em 2018 pela CODEMIG foi 56% maior que em 2017 ou, em números absolutos, foram recebidos mais R\$494 milhões, em relação a 2017.

### RECEITA LÍQUIDA<sup>2</sup>



<sup>1</sup> Está sendo considerada como “Receita Bruta” as receitas da SCP com a CBMM sem descontar o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido da SCP. Ademais, as informações das demonstrações financeiras a seguir - nota 23 - apresentam apenas resultado de operações continuadas. Aqui estão sendo consideradas operações continuadas e descontinuadas.

<sup>2</sup> A receita líquida de 2018 e de 2017 das demonstrações financeiras a seguir - nota 23 - apresentam apenas a receita líquida de operações continuadas. Aqui estão sendo consideradas operações continuadas e descontinuadas.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

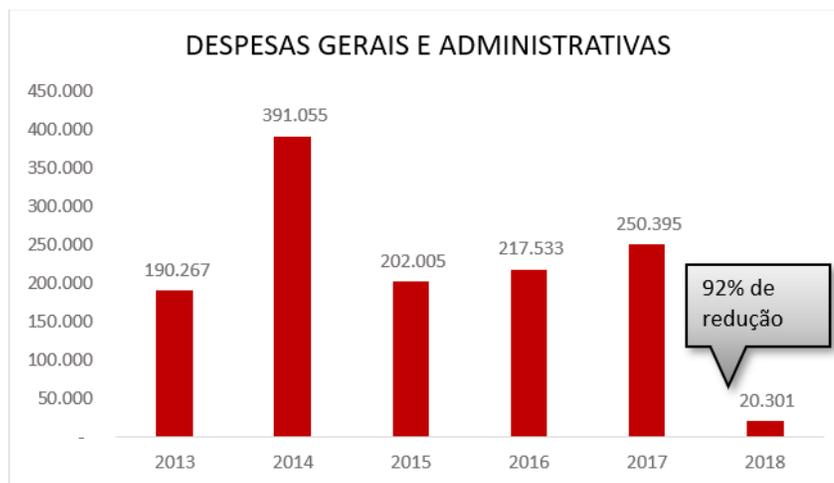
A receita líquida aumentou em R\$303 milhões no ano de 2018, variando 50% em relação a 2017, refletindo o crescimento bruto das receitas advindas da SCP.

Como imposto de renda devido à CBMM ao fim do exercício de 2018, foram registrados R\$410 milhões aos quais foram repassados à CBMM em janeiro de 2019. O total da participação da Codemig no imposto de renda e contribuição social da SCP nos resultados de 2018 alcançou R\$477 milhões no ano.

A CODEMIG atingiu resultado positivo em 2018 de **R\$911 milhões**.

Além do aumento das receitas com o nióbio recebidas da SCP, impactaram o aumento do lucro líquido da CODEMIG em 2018 a redução das despesas gerais e administrativas em 96% (R\$241 milhões), além da descontinuidade dos gastos com desenvolvimento, que passaram a ser desempenhados pela CODEMGE.

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS



A redução das despesas gerais e administrativas decorreu da cisão da CODEMIG, ocorrida em 31 de janeiro de 2018, tendo em vista que a CODEMGE passou a desempenhar a maior parte das atividades antes conduzidas pela CODEMIG, como gastos com desenvolvimento, fomento à indústria de alta tecnologia, fomento à indústria criativa, gestão de parques, balneários, e centros de feira (Expominas), entre outros.

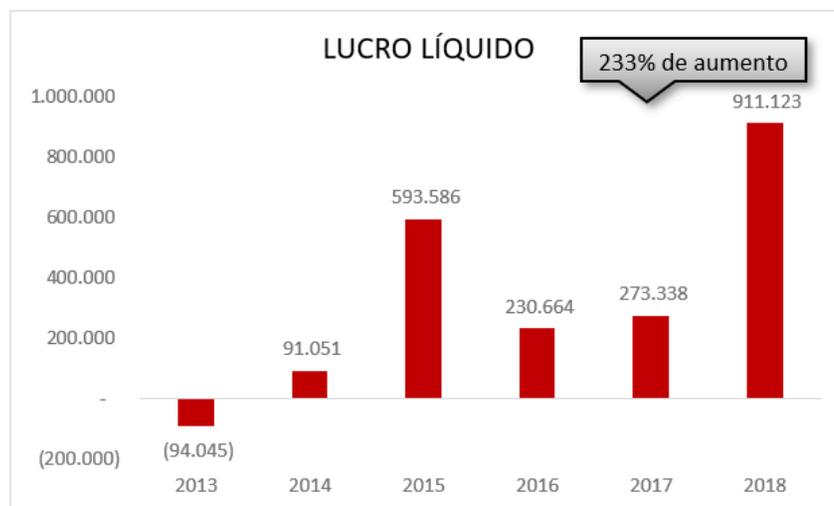
# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Relatório da administração

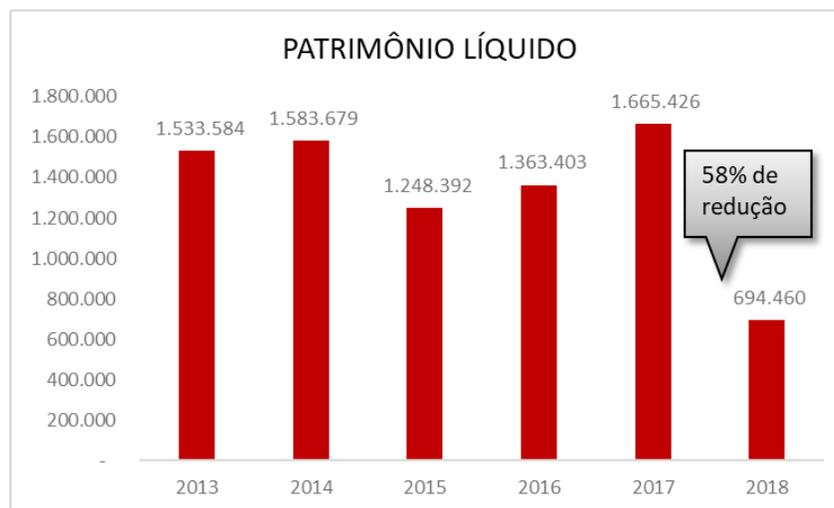
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### LUCRO LÍQUIDO



### PATRIMÔNIO LÍQUIDO<sup>3</sup>



O **patrimônio líquido** da CODEMIG reduziu-se em R\$ 971 milhões, ou seja, variou negativamente em 58% em comparação a 2017. Essa variação decorre, sobretudo, da cisão de parte do patrimônio da Companhia, com redução de R\$ 1.333 milhões no patrimônio da Companhia. A CODEMIG apurou um resultado abrangente – lucro do exercício adicionado de outros resultados abrangentes – de R\$910 milhões. Além disso, conforme já explicitado, a CODEMIG pagou R\$820 milhões de dividendos a seus acionistas durante o exercício de 2018.

<sup>3</sup> O saldo do patrimônio líquido informado no quadro referente aos exercícios anteriores à 2018 apresentam o patrimônio líquido consolidado da Codemig. Como efeito da cisão, a Codemig não apresenta mais controladas e, portanto, não possui informações consolidadas. As informações das demonstrações financeiras a seguir apresentam apenas o patrimônio individual da Companhia.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

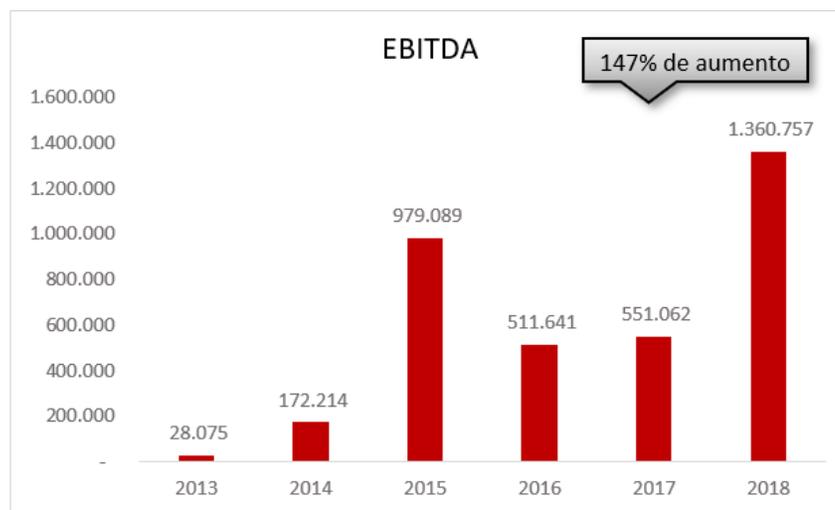
## Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### EBITDA



A variação de 147% do EBITDA da Companhia, R\$810 milhões, decorre substancialmente do aumento do lucro apurado no exercício de 2018, comparativamente a 2017, adicionado do incremento dos tributos sobre o lucro da SCP, a pagar a CBMM, que foi incrementado em R\$178 milhões no ano de 2018. Isso significa que a Companhia contou com esse capital de giro durante o exercício e somente liquidou tal passivo em janeiro 2019.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Balço patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	338.631	402.165	Contas a pagar	16	426.561	270.197
Títulos e valores mobiliários	6	66.133	295.911	Empréstimos e financiamentos	17	-	116.193
Contas a receber	7	172.547	71.242	Tributos a recolher	18	621	4.192
Dividendos a receber	8	961	1.515	Salários e encargos sociais	19	6	12.540
Impostos e contribuições a recuperar	9	6.803	9.647	Partes relacionadas	15	3.519	-
Outros ativos circulantes		-	279	Outras contas a pagar		20	2.568
Partes relacionadas	15	6.784	-				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>591.859</b>	<b>780.759</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>430.727</b>	<b>405.690</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	6	20.000	20.000	Contas a pagar	16	49.324	4.180
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	14.941	Empréstimos e financiamentos	17	-	217.395
Depósitos judiciais	10	1.059	17.124	Adiantamentos recebidos	20	136.579	84.512
Estoque de imóveis a comercializar	11	-	30.495	Tributo diferido		-	339
Outros ativos financeiros	12.1	-	177.755	Provisão para contingências	21	18.960	22.921
Partes relacionadas	15	101.549	18.133				
		122.608	278.448	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>204.863</b>	<b>329.347</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>738.191</b>	<b>1.619.697</b>	<b>Total passivo</b>		<b>635.590</b>	<b>735.037</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.330.050</b>	<b>2.400.456</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	22		
				Capital social		10.260	966.915
Investimentos	12.2	268	186.080	Reserva de capital		591.170	99.513
Imobilizado	13	615.296	1.139.532	Ajustes de avaliação patrimonial		-	13.781
Intangível	14	19	15.637	Reservas de lucro		93.030	585.210
		615.583	1.341.249	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>694.460</b>	<b>1.665.419</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>738.191</b>	<b>1.619.697</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.330.050</b>	<b>2.400.456</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Operações continuadas</b>			
Receita líquida	23	<u>904.474</u>	<u>548.437</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>904.474</u>	<u>548.437</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(9.534)	(15.832)
Gastos com desenvolvimento		(73)	-
Resultado com participações societárias	12.2	<u>961</u>	<u>1.121</u>
		<u>(8.646)</u>	<u>(14.711)</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<u>895.828</u>	<u>533.726</u>
Receitas financeiras	25	41.073	53.344
Despesas financeiras	25	<u>(9.735)</u>	<u>(50.515)</u>
<b>Resultado financeiro</b>		<u>31.338</u>	<u>2.829</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>927.166</u>	<u>536.555</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		<u>(1.853)</u>	<u>-</u>
<b>Lucro do exercício das operações continuadas</b>		<u>925.313</u>	<u>536.555</u>
<b>Operações descontinuadas</b>			
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	1 (c)	<u>(14.190)</u>	<u>(263.205)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>911.123</u>	<u>273.350</u>
<b>Lucro por ação de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expressos em R\$ por ação)</b>			
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>			
De operações continuadas	27	4.088,66	3.943,68
De operações descontinuadas	27	<u>(62,70)</u>	<u>(1.934,56)</u>
		<u>4.025,96</u>	<u>2.009,12</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>			
De operações continuadas		925.313	536.555
<b>Outros componentes de operações continuadas</b>			
Ganho líquido de valor justo	6 e 12.1	77	575
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo		(26)	(195)
Perda na liquidação de instrumentos financeiros	6 e 22 (f)	(1.330)	-
Reversão de tributos diferidos	6 e 22 (f)	365	-
<b>Resultado abrangente das operações continuadas</b>		<u>924.399</u>	<u>536.935</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>			
De operações descontinuadas		(14.190)	(263.205)
<b>Outros componentes de operações descontinuadas</b>			
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	12.2	<u>44</u>	<u>388</u>
<b>Resultado abrangente das operações descontinuadas</b>		<u>(14.146)</u>	<u>(262.817)</u>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<u><u>910.253</u></u>	<u><u>274.118</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>845.430</u>	<u>25.180</u>	<u>13.013</u>	<u>34.276</u>	<u>444.827</u>	-	<u>1.362.726</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	273.350	273.350
<b>Outros resultados abrangentes</b>							
Ganho líquido de valor justo	-	-	575	-	-	-	575
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo	-	-	(195)	-	-	-	(195)
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas	-	-	388	-	-	-	388
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	-	-	<u>768</u>	-	-	<u>273.350</u>	<u>274.118</u>
Outras mutações no patrimônio líquido							
Aumento de capital	121.485	-	-	-	-	-	121.485
Ágio na emissão de ações	-	74.333	-	-	-	-	74.333
Constituição de reservas	-	-	-	13.668	169.682	(183.350)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(77.243)	(90.000)	(167.243)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>966.915</u>	<u>99.513</u>	<u>13.781</u>	<u>47.944</u>	<u>537.266</u>	-	<u>1.665.419</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	911.123	911.123
<b>Outros resultados abrangentes</b>							
Ganho líquido de valor justo (nota 6)	-	-	77	-	-	-	77
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo	-	-	(26)	-	-	-	(26)
Perda na liquidação de instrumentos financeiros (nota 6 e 22 (f))	-	-	(1.330)	-	-	-	(1.330)
Reversão de tributos diferidos (nota 6 e 22 (f))	-	-	365	-	-	-	365
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	-	-	44	-	-	-	44
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	-	-	<u>(870)</u>	-	-	<u>911.123</u>	<u>910.253</u>
Outras mutações no patrimônio líquido							
Baixa de acervo líquido por cisão (nota 1 (c))	(956.872)	-	(12.911)	(45.935)	(316.814)	-	(1.332.532)
Aumento de capital (nota 22 (a))	217	491.657	-	-	(220.072)	-	271.802
Constituição de reservas (nota 22 (d))	-	-	-	43	90.598	(90.641)	-
Distribuição de dividendos (nota 22 (e))	-	-	-	-	-	(820.482)	(820.482)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>10.260</u>	<u>591.170</u>	<u>-</u>	<u>2.052</u>	<u>90.978</u>	-	<u>694.460</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro do exercício, incluindo operações descontinuadas</b>	<b>911.123</b>	<b>273.350</b>
<b>Ajuste de</b>		
Depreciação e amortização	3.241	13.188
Reversão para perda por redução ao valor recuperável de ativos	(6)	(54)
Constituição/ (reversão) de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa (Reversão) / provisão para litígios	(1)	2.320
Liquidação de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(91)	1.554
Receitas financeiras	(1.330)	-
Despesas financeiras	(23.745)	(11.929)
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	9.310	50.096
Resultado de equivalência patrimonial	190	6.798
Resultado de instrumentos financeiros capitalizados	(332)	45.631
Variações em provisões, benefícios e incentivos	-	(1.004)
	(768)	4.188
<b>Ajustes de capital de giro</b>		
Redução de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata	91.915	-
Aumento no contas a receber	(105.787)	(13.264)
Redução dos impostos e contribuições a recuperar	5.629	2.784
Aumento de estoque de imóveis	(212)	(615)
(Aumento) / redução de depósitos judiciais	(135)	221
Aumento de partes relacionadas	(67.493)	-
(Aumento) / redução de outros ativos	(898)	527
Aumento no contas a pagar	222.986	26.770
(Redução) / aumento dos tributos a recolher	(3.577)	595
(Redução) / aumento de salários e encargos sociais	(1.417)	888
Aumento de outras contas a pagar	3.061	1.321
Aumento de adiantamento de clientes	48.017	-
Redução de provisão para litígios	(447)	-
Dividendos recebidos	1.121	1.951
Juros pagos	(7.102)	(48.905)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(359)	-
<b>Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais</b>	<b>1.082.893</b>	<b>356.411</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aporte em títulos e valores mobiliários	(50.000)	(819.500)
Resgate de títulos e valores mobiliários	64.592	587.665
Aporte de capital em controladas e coligadas	(65)	(55.172)
Redução de capital em controladas	-	163.783
Aquisição de coligada	(1.500)	-
Aquisição de imobilizado	(1.158)	(8.743)
Custo de desenvolvimento	(2.234)	(5.276)
Aquisição de direitos contratuais	-	(789)
Mútuo com controladas	-	3.227
<b>Fluxo de caixa líquido (aplicados nas) / originado das atividades de investimento</b>	<b>9.635</b>	<b>(134.805)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização do principal das debêntures	(335.580)	(115.080)
Dividendos pagos	(820.482)	(222.270)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.156.062)</b>	<b>(337.350)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(63.534)</b>	<b>(115.744)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	402.165	517.909
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	338.631	402.165
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(63.534)</b>	<b>(115.744)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas</b>		
Receita SCP	904.410	548.020
Vendas brutas de produtos e serviços	6.604	60.160
Outras receitas	273	17.972
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	1	(2.721)
	<u>911.288</u>	<u>623.431</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	(1.000)	(13.641)
Custos de publicidade	(278)	(23.429)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.146)	(122.977)
Gastos com convênios	(2.303)	(61.250)
Recuperação de valores ativos	5	54
	<u>(14.722)</u>	<u>(221.243)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>896.566</u>	<u>402.188</u>
Depreciação e amortização	(3.241)	(13.188)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<u>893.325</u>	<u>389.000</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Participação nos lucros de controladas	331	(45.631)
Receitas financeiras	41.760	60.386
Outras	-	1.009
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>935.416</u>	<u>404.764</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal - remuneração direta	(7.547)	(42.287)
Pessoal - benefícios	(552)	(7.187)
FGTS	(236)	(3.246)
Impostos, taxas e contribuições	(7.924)	(26.030)
Federais	(6.895)	(18.528)
Estaduais	(80)	(728)
Municipais	(949)	(6.774)
Juros e variações cambiais	(7.873)	(51.478)
Alugueis	(161)	(1.186)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(820.482)	(90.000)
Lucros retidos	(90.641)	(183.350)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>(935.416)</u>	<u>(404.764)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia” ou “Codemig”) é uma entidade pública, empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Codemge”) e indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”).

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autoriza o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado de MG em 3 de janeiro de 2018, transformando o PL 4.827/2017 na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Companhia com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determina, ainda, que o Estado de Minas Gerais mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, após efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

O projeto de abertura de capital objetiva diversificar o capital, com a finalidade de promover maior dinamismo e autonomia à condução dos negócios sociais. Ao mesmo tempo, pretende continuar viabilizando o interesse coletivo, por meio de políticas públicas, em prestígio aos princípios da impessoalidade, da eficiência, da economicidade e da supremacia do bem comum.

Com o resultado das eleições ocorridas em outubro de 2018 que determinaram a troca do representante do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, o processo de abertura de capital encontra-se paralisado aguardando avaliação pelo novo Governo de MG.

#### (a) Objeto social

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemig está autorizada atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias,

# **Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

### **(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM**

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. A Companhia, como “sócio participante”, recebe mensalmente o montante equivalente a 25% dos resultados da SCP.

Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Os recursos obtidos com a SCP são aplicados conforme as diretrizes do estatuto da Companhia, visando o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e tem prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis e consequentemente renovados por outros 30.

### **(c) Reorganização societária – Cisão parcial**

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, retificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Companhia decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), sendo criada a Codemge onde foi incorporado o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge, a partir de então, é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

- (i) dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;

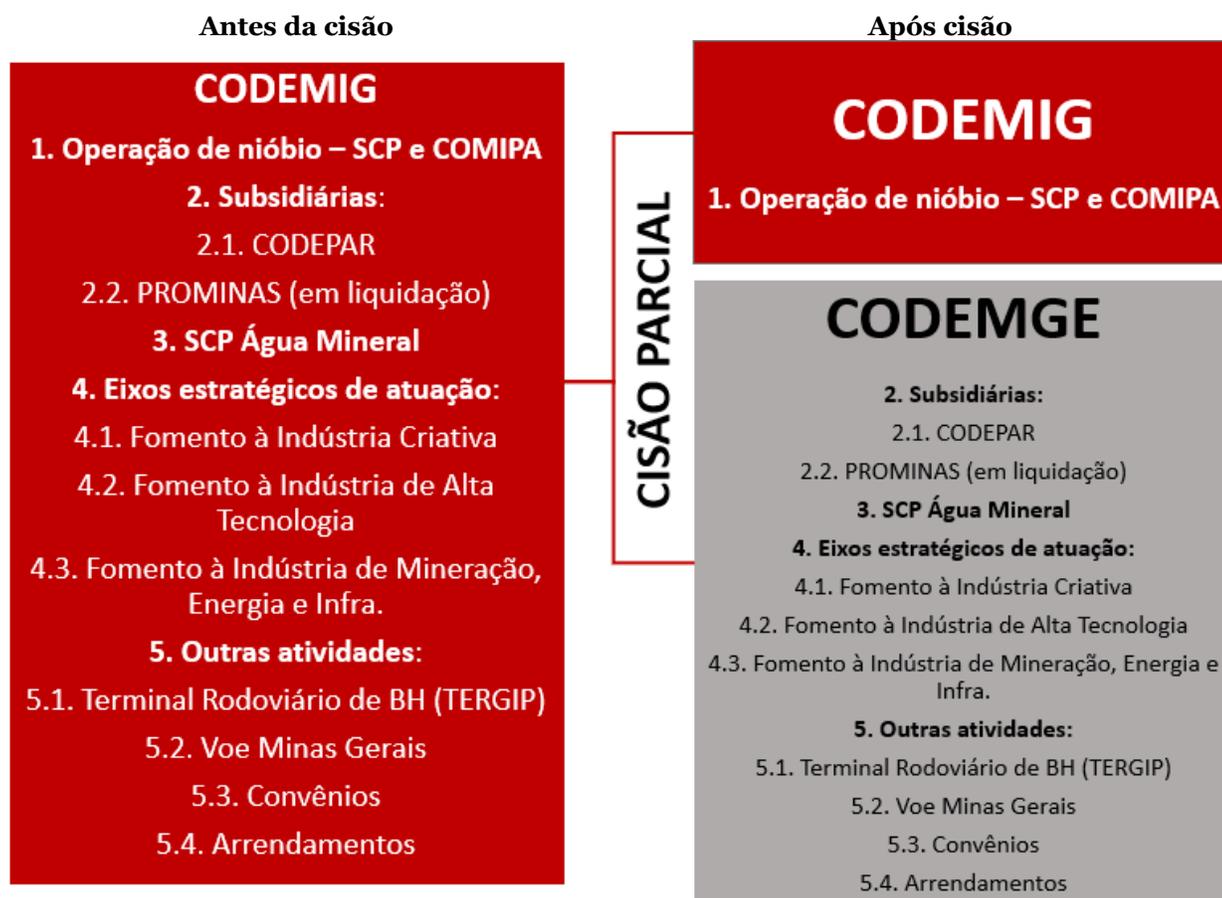
# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- (iii) simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Companhia.

A seguir, resumo dos negócios que são geridos por cada uma das empresas após os efeitos da cisão:



A partir da cisão, a Codemig tem como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1 (b)) e atividades vinculadas à Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir no mínimo 70% dos lucros através de dividendos intercalares mensais, por deliberação da sua Diretoria Executiva, delegada pelo Conselho de Administração.

O objeto social da Companhia, mencionado na nota 1, se manteve inalterado após a cisão, conforme os dispositivos legais determinados na lei de sua criação significando que a Companhia está autorizada, e não obrigada, a realizar as ações promotoras do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, não havendo tal intenção pela sua atual administração. A Codemge, conforme mencionado anteriormente, assumiu todas as atividades realizadas pela Codemig que não participam no negócio de Nióbio.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cisão parcial da Codemig foi realizada com base no valor contábil do acervo patrimonial, objeto da operação, apurado de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017. A referida operação implicou redução de seu patrimônio líquido na exata proporção do acervo líquido cindido e vertido para a Codemge. A data da efetivação da cisão, como aprovada pelos acionistas, foi 31 de janeiro de 2018, tendo sido estabelecido na Justificação da Cisão Parcial, que devem ser imputados à Nova Companhia (Codemge) as variações patrimoniais que tenham ocorrido na parcela do patrimônio cindido, entre a data-base (31/12/2017) e a data da efetivação da cisão (31/01/2018).

O acervo líquido cindido à Codemge na data da efetivação da cisão está composto como abaixo:

<b>Ativo</b>	<b>31/01/2018</b>	<b>Passivo</b>	<b>31/01/2018</b>
Circulante		Circulante	
Títulos e valores mobiliários	130.766	Contas a pagar	16.530
Contas a receber	4.483	Tributos a recolher	991
Dividendos antecipados e a receber	394	Salários e encargos sociais	11.117
Impostos e contribuições a recuperar	620	Outras contas a pagar	5.609
Outros ativos circulantes	1.027		
		Total do passivo circulante	34.247
Total do ativo circulante	137.290		
		Não circulante	
Não circulante		Contas a pagar	4.180
Impostos e contribuições a recuperar	14.942	Provisão para contingências	3.423
Depósitos judiciais	16.200	Partes relacionadas	98.110
Estoque de imóveis a comercializar	30.707		
Outros ativos financeiros	177.756	Total do passivo não circulante	105.713
Partes relacionadas	97.182		
Investimentos	186.792	Patrimônio líquido	
Imobilizado	793.800	Capital social	956.872
Intangível	17.823	Ajustes de avaliação patrimonial	12.911
		Reservas de lucro	362.749
Total do ativo não circulante	1.335.202		
		Total do patrimônio líquido	1.332.532
Total do ativo	1.472.492	Total do passivo e patrimônio líquido	1.472.492

### Operações descontinuadas

As operações descontinuadas referem-se ao efeito da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018, quando a Codemge foi criada, por intermédio de cisão parcial de parte do patrimônio da Codemig, e constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos do §2º do artigo 229 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Codemge é responsável pela continuidade das ações de fomento ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, que anteriormente eram conduzidas pela Codemig, recebendo todas as atividades e patrimônios relacionados a elas, com exceção do negócio de exploração de nióbio, descrito na nota 1 (b). A administração optou pela reorganização societária no contexto de abertura de capital da Codemig, visando segregar riscos e otimizar as atividades de ambas as sociedades.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (i) Resultado líquido de operações descontinuadas em 31 de dezembro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita líquida	2.956	52.225
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	<u>(1.000)</u>	<u>(13.641)</u>
<b>Lucro bruto</b>	1.956	38.584
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(10.767)	(199.058)
Gastos com convênios	(2.230)	(61.250)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.573)	1.921
Resultado com participações societárias	<u>(629)</u>	<u>(46.752)</u>
	<u>(17.199)</u>	<u>(305.139)</u>
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>	<u>(15.243)</u>	<u>(266.555)</u>
Receitas financeiras	1.130	4.313
Despesas financeiras	<u>(77)</u>	<u>(963)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>1.053</u>	<u>3.350</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<u>(14.190)</u>	<u>(263.205)</u>

As operações descontinuadas apresentam prejuízo de R\$14.190 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 263.205 em 31 de dezembro de 2017), totalmente atribuível a seus acionistas, a qual corresponde ao resultado das atividades transferidas à Codemig durante o período de um mês findo em 31 de janeiro de 2018 – período anterior à cisão. Já em relação aos saldos de 31 de dezembro de 2017, as operações descontinuadas representam o período acumulado de doze meses findos nessa data.

#### (ii) Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	<u>2018</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(6.906)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento	6.906
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>-</u>
Varição de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>-</u>

#### (d) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras da Codemig foi aprovada pela Administração da Companhia em 8 de março de 2019.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Dessa forma evidenciam todas as informações relevantes, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Em alguns casos, certos ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.5.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais. Logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

#### (a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

### 2.1 Investimento

#### (a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e da Companhia não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado com participações societárias”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Nos exercícios apresentados a Companhia detinha participação nos seguintes investimentos:

<b>Investidas</b>	<b>Principal atividade</b>	<b>% participação</b>	
		<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Controladas</b>			
CODEPAR - Codemig Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	Cindida (nota 1 (c))	100
CODEÁGUAS Águas Minerais	Extração e comércio de água mineral	Cindida (nota 1 (c))	99
PROMINAS - Cia. Mineira de Promoções (em liquidação)	Locação de instalações	Cindida (nota 1 (c))	91
<b>Coligadas</b>			
COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51
IAS - Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	Cindida (nota 1 (c))	15
Helibrás - Helicópteros do Brasil	Aeroespacial	Cindida (nota 1 (c))	16
Vodafone Brasil – Datora Mobile	Telecomunicações móvel	Cindida (nota 1 (c))	43

## 2.2 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### 2.3 Resumo das principais práticas contábeis

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e risco insignificante de mudança de valor. A Companhia entende que podem ser considerados investimentos com conversibilidade imediata aqueles possuem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

#### (b) Ativos e passivos financeiros

##### (i) Instrumentos financeiros (IFRS 9 / CPC 48)

Após a vigência do IFRS 9 / CPC 48, passam a existir três principais categorias de classificação para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação de ativos financeiros de acordo com a referida norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 / CPC 48 elimina as categorias antigas do IAS 39 / CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros.

Além disto, o IFRS 9 / CPC 48 substitui o modelo de avaliação de *impairment* de “perdas incorridas” do IAS 39 / CPC 38 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. Nos termos da norma vigente, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no modelo de avaliação apresentado pela antiga norma. Em geral, espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do IFRS 9 / CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. Considerando a relevância do principal cliente da Companhia, os impactos do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) irão oscilar substancialmente de acordo com a alteração da avaliação do risco de crédito da CBMM pela Companhia.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (ii) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 / CPC 48 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018 e não geraram efeitos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

### (iii) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

### (iv) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, VJORA ou VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

### (v) Redução ao valor recuperável

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9 / CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando opinião de empresas especializadas sobre o principal cliente da Companhia, dados históricos e avaliação do desempenho financeiro da SCP. Tal avaliação não alterou o saldo de *impairment* do contas a receber junto a CBMM, que se manteve sem saldo. Outros detalhes sobre o cálculo da estimativa estão na nota 2.6 (b) e na nota 7.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do IFRS 9 / CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

### (c) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

### (d) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis da Companhia se resumem aos lucros da Sociedade em Conta de Participação e ao contrato de arrendamento mantido com a sua coligada.

### (e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis quando aplicável, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Prédios e Benfeitorias	78 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política da Companhia, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil está é ajustada de forma prospectiva.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### (g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política da Companhia, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna da Companhia, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

A Codemig liquidou antecipadamente, em fevereiro de 2018, as debêntures emitidas em 2012 e na data base destas demonstrações não possui saldo de empréstimos e financiamentos. Para outras informações vide nota 17.

### (i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

### (j) Benefícios pós-aposentadoria

A Companhia patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela LIBERTAS – Fundação Libertas de Seguridade Social, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pela Companhia (patrocinadora).

# **Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. As contribuições da Companhia para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

Considerando a cisão descrita na nota 1 (c), a Codemig transferiu todos seus funcionários à Codemge, que atua desde então como patrocinadora desse mesmo plano. Após a cisão e transferência dos empregados à Codemge, a Codemig não fez mais contribuições ao plano CODEMIG PREV.

### **(k) Reconhecimento de receita**

A receita, após adoção do IFRS 15/CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

### **Transição**

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 15 / CPC 47 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018 e não geraram efeitos na mensuração das receitas da Companhia.

### **Participação na SCP com a CBMM**

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Companhia e a CBMM, quando o direito da Companhia de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita bruta da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 23.

### **(l) Tributos sobre a renda**

#### **Imposto de renda e contribuição social**

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributo diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

A Companhia, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que tal cenário não será revertido em um futuro próximo, de modo que o ativo gerado de tal benefício fiscal não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### (m) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

# **Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **2.4 Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018**

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

#### **(i) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil**

A partir dessa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações.

Como a Companhia não possui contratos de arrendamento como arrendatária, e não ocorreram alterações significantes nas práticas contábeis dos arrendadores, a administração não espera nenhum impacto com a adoção dessa nova norma em suas demonstrações financeiras.

### **2.5 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstrados a seguir:

#### **(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado**

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, apurada através de laudos emitidos por empresas contratadas ou por especialistas, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

### **2.6 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

#### **(a) Tributos diferidos**

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em casos de cisão parcial, a pessoa jurídica cindida poderá manter para utilização futura os seus próprios prejuízos fiscais proporcionalmente à parcela remanescente do patrimônio líquido da cisão. Considerando que a Cisão manteve 21,82% do patrimônio da Companhia, em 31 de janeiro de 2018 o prejuízo fiscal acumulado controlado pela Companhia na data base das demonstrações financeiras é de R\$624.818 (R\$2.857.630 em 31 de dezembro de 2017). Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 30% dos tributos incidentes sobre os lucros projetados, conforme regra do benefício fiscal vigente. Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia. No julgamento da administração, avaliando suas despesas tributáveis atuais, não há expectativa de lucros tributáveis futuros.

### (b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 46 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e conseqüentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

## 3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial (risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de câmbio).

### (a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Contas a pagar	426.561	16.553	32.771	-
Adiantamentos recebidos	-	19.511	88.258	28.810
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Contas a pagar	270.197	4.180	-	-
Empréstimos e financiamentos	116.193	113.460	103.935	-
Adiantamentos recebidos	-	-	51.567	32.945

#### (b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos da Companhia é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Companhia derivados dessa operação. Os acordos firmados com a CBMM vêm sendo honrados integralmente e tempestivamente.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da administração da Companhia, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação da Companhia considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador da Companhia e sua necessidade de liquidez.

A qualidade do crédito das aplicações financeiras e das contas correntes classificadas como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, conforme abaixo:

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Depósitos bancários em contas correntes (Standard &amp; Poor's)</b>		
brAAA	4.774	2.793
brBBB-	-	1
<b>(Fitch Ratings)</b>		
AA(bra)	1.973	4.164
A-(bra)	-	1
Caixa	<u>145</u>	<u>28</u>
<b>Total caixa e banco conta movimento</b>	<u>6.892</u>	<u>6.987</u>
<b>Aplicações financeiras (Standard &amp; Poor's)</b>		
brAAA	225.739	224.227
brAA-	3.422	3.204
brBBB-	68.819	58.647
<b>(Fitch Ratings)</b>		
AA-(bra)	1.652	1.610
A-(bra)	25.892	44.574
BBB(bra)	4.132	40.675
Demais aplicações (i)	<u>2.083</u>	<u>22.241</u>
<b>Total certificados de depósitos bancários</b>	<u>331.739</u>	<u>395.178</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - TOTAL</b>	<u>338.631</u>	<u>402.165</u>
<b>Títulos e valores mobiliários (Standard &amp; Poor's)</b>		
brAAA	20.274	283.867
brBBB-	20.316	20.378
<b>(Fitch Ratings)</b>		
AA(bra)	45.543	-
FIDC (ii)	<u>-</u>	<u>11.666</u>
<b>Títulos e valores mobiliários - TOTAL</b>	<u>86.133</u>	<u>315.911</u>
<b>TOTAL</b>	<u>424.764</u>	<u>718.076</u>

- i. CDB do Banco Semear, que não é avaliado por nenhuma das três agências internacionais de rating.
- ii. FIDC APL Minas Gerais que não apresenta rating.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (c) Risco cambial

A Companhia possui risco de exposição cambial referente às operações de adiantamentos de receitas mencionadas na nota 20, as quais estão atreladas às antecipações de cambiais em Iene realizadas pela SCP. Tais riscos a exposição cambial são acompanhados pela administração da Companhia, que avaliava periodicamente os riscos existentes nos passivos atrelados a outras moedas.

Como mencionado na nota 20, foi estabelecido nos atos societários da cisão (nota 1 (c)), que o passivo de adiantamento de receitas existente àquela época, referente a primeira e a segunda operação de adiantamento de receitas, seria vertido para Codemge. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, foi registrado contas a receber (partes relacionadas) com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo (encargos financeiros e vencimentos) que serão cobradas na ocorrência da sua realização.

Em 2018 foi realizada uma terceira operação. Considerando que tal operação ocorreu após a Cisão, seus efeitos estão sendo tratados exclusivamente na Codemig.

### (d) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. A taxa básica de juros em 31 de dezembro de 2018 era de 6,4% e o iene estava cotado à R\$0,0353. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% da taxa básica. A administração, baseada em estimativas de mercado, estima que o cenário provável da taxa básica de juros ao final de 2019 seja 0,6% acima da taxa atual, enquanto espera-se uma redução de 8,5% da cotação do iene. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados nos próximos 12 meses, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

	<u>Saldo contábil</u>	<u>Nocional</u>	<u>Indexador</u>	<u>Taxa / cotação atual</u>	<u>Taxa / cotação esperada</u>			
<b>Ativo</b>								
Aplicações financeiras	397.555	397.555	CDI	6,40%	7,00%			
Letras financeiras	20.316	20.316	CDI	6,40%	7,00%			
<b>Passivo</b>								
Adiantamentos de exportação – SCP	(i)	13.515.099 (i)	Iene	0,0353	0,0323			
					<b>Cenários</b>			
				<u>Provável</u>	<u>+25%</u>	<u>+50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
<b>CDI</b>								
Aplicações financeiras		27.829	34.786	41.743	20.872	13.914		
Letras financeiras		1.422	1.778	2.133	1.067	711		
<b>Iene</b>								
Contas a pagar - variação cambial SCP		41.891	52.364	62.837	31.418	20.946		

- (i) A Escritura Pública e o 8º Termo de Acordo da SCP determinam que a Codemig deve participar, na proporção de 25%, dos custos de variação cambial das operações de antecipações de exportações contratadas pela CBMM, como sócia ostensiva da SCP, independentemente de



# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativos</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	338.631	402.165
Títulos e valores mobiliários	20.316	20.378
Contas a receber	172.547	71.242
Dividendos a receber	961	1.515
Contas a receber com partes relacionadas	<u>108.333</u>	<u>18.133</u>
	<u>640.788</u>	<u>513.433</u>
<b>VJR</b>		
Títulos e valores mobiliários	<u>65.817</u>	<u>295.533</u>
	<u>65.817</u>	<u>295.533</u>
<b>Outros ativos financeiros a custo</b>		
BDMG	<u>-</u>	<u>177.755</u>
	<u>-</u>	<u>177.755</u>
Total de instrumentos financeiros ativos	<u><u>706.605</u></u>	<u><u>986.721</u></u>
<b>Passivos</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Contas a pagar	475.885	274.377
Empréstimos e financiamentos	-	333.588
Contas a pagar com partes relacionadas	3.519	-
Adiantamentos recebidos	<u>136.579</u>	<u>84.512</u>
Total de instrumentos financeiros passivos	<u><u>615.983</u></u>	<u><u>692.477</u></u>
<b>5 Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos conta movimento	6.892	6.987
Certificados de depósitos bancários – CDB	<u>331.739</u>	<u>395.178</u>
	<u><u>338.631</u></u>	<u><u>402.165</u></u>

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6 Títulos e valores mobiliários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundos de investimento (i)	65.817	283.867
FIDC – APL Minas Gerais (ii)	-	11.666
Letras Financeiras (iii)	<u>20.316</u>	<u>20.378</u>
	<u>86.133</u>	<u>315.911</u>
Circulante	66.133	295.911
Não circulante	<u>20.000</u>	<u>20.000</u>
	<u>86.133</u>	<u>315.911</u>

- (i) Os fundos de investimento da Companhia se constituem como parte de seus recursos disponíveis para tesouraria. Os fundos que a Companhia aplica seus recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais.
- (ii) O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios APL Minas Gerais era classificado como um fundo de fomento mercantil, nos termos da Deliberação ANBIMA. Tais fundos são regidos pelas disposições legais regulamentares, especialmente a Resolução CMN N° 2.907/01 e a Instrução CVM n° 356/01, e alterações posteriores. O fundo era administrado pelo Bancoob DTVM, vencedora de processo licitatório conduzido pela Companhia.

A Codemig liquidou antecipadamente o fundo, considerando a expectativa de não atingimento do percentual de direitos creditórios em carteira exigido na Instrução CVM N° 356/2001 e os eventos de liquidação constantes em seu Regulamento. Em 2018, até a data da liquidação, os instrumentos financeiros se valorizaram em R\$77. Na data da liquidação, o montante baixado no ativo foi de R\$1.330 e de tributos diferidos no passivo de R\$365. O montante líquido de R\$965 foi recebido em fevereiro de 2018.

- (iii) A Codemig aplicou R\$20.000 em letras financeiras subordinadas de longo prazo com o vencimento em outubro de 2024 e recebimento semestral dos juros previstos para os meses de abril e outubro de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía juros acumulados em R\$316 (R\$378 em 31 de dezembro de 2017) que serão recebidos em abril de 2019, e por isso, estão apresentados no ativo circulante. Esse instrumento tem como remuneração 125% do CDI.

### 7 Contas a receber

As contas a receber da Companhia correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 31 dias à data de apresentação desta demonstração financeira. Considerando o recebimento contratualmente mensal dos resultados da SCP, seu saldo pode apresentar oscilações sem correlação à variação das receitas acumuladas do exercício, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Além disso, a Companhia possuía em 2017 valores a receber decorrentes de: arrendamentos, venda de vouchers aéreos do projeto Voe Minas Gerais, administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro e venda de imóveis no curso normal das atividades.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Sociedade em Conta de Participação:</u>		
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	172.503	65.699
<u>Outros contas a receber:</u>		
Arrendamentos e recebíveis operacionais	44	13.858
Contas a receber por venda de imóveis	-	445
Demais contas	<u>657</u>	<u>126</u>
	<u>173.204</u>	<u>80.128</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(657)</u>	<u>(8.886)</u>
	<u>172.547</u>	<u>71.242</u>

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A Vencer	172.503	68.803
Vencidos:		
Até 30 dias	44	182
Entre 30 e 60 dias	-	208
Entre 60 e 90 dias	-	1.204
Entre 90 e 180 dias	-	418
Há mais de 180 dias	<u>657</u>	<u>9.313</u>
	<u>173.204</u>	<u>80.128</u>

O montante apresentado no saldo de contas a receber está relacionado substancialmente à participação da Companhia na SCP com a CBMM, que não apresenta qualquer histórico ou perspectiva de inadimplência ou perda.

A movimentação da provisão para perdas de contas a receber está apresentada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	(8.886)	(6.566)
Constituição	(657)	(2.861)
Reversão por recebimento do título	1	140
Reversão por baixa/perda do título	1.339	401
Baixa por cisão	<u>7.546</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>(657)</u>	<u>(8.886)</u>

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 8 Dividendos a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros sobre capital próprio BDMG	-	394
Dividendos a receber Comipa	<u>961</u>	<u>1.121</u>
	<u>961</u>	<u>1.515</u>

### 9 Impostos e contribuições a recuperar

Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da Companhia de 2018 e anos anteriores e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Os valores retidos são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda	6.657	23.855
Contribuição social	-	727
Outros impostos e contribuições a recuperar	<u>146</u>	<u>6</u>
	<u>6.803</u>	<u>24.588</u>
Circulante	6.803	9.647
Não circulante	<u>-</u>	<u>14.941</u>
	<u>6.803</u>	<u>24.588</u>

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (nota 1 (c)).

### 10 Depósitos judiciais

Referem-se a valores depositados em juízo pela CBMM ao INSS em razão de discussões sobre verbas trabalhistas. A proporção de 25% (participação da Companhia como sócio participante da SCP) é reduzida diretamente do contas a receber da SCP até o encerramento do processo. Caso haja êxito da CBMM, o valor será revertido pela mesma e entregue à Companhia, corrigido pelas atualizações previstas em lei. Caso a justiça negue o pedido da CBMM, nenhum outro valor será cobrado da Companhia, sendo apenas levantado o depósito pela contraparte.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	-	15.736
Demais depósitos	<u>1.059</u>	<u>1.388</u>
	<u>1.059</u>	<u>17.124</u>

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (nota 1 (c)).

### 11 Estoque de imóveis a comercializar

Representavam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio da Companhia e, conseqüentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Distritos industriais	-	10.124
Ribeirão das Neves	-	27.185
Sete Lagoas	-	1.632
Governador Valadares	-	1.244
	<u>-</u>	<u>40.185</u>
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(9.690)
	<u>-</u>	<u>30.495</u>

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (nota 1 (c)).

### 12 Participações societárias e outros ativos financeiros

A carteira de participações societárias era composta por empresas controladas e coligadas, sendo que após a cisão a Codemig permaneceu apenas com a participação societária na Comipa. Na referida cisão, foram vertidos à Codemge, investimentos em participações societárias em coligadas e em controladas, além de instrumentos financeiros, tais como participações societárias sem influência significativa e quotas em fundos de investimentos em participações. Para análise dos saldos dos patrimônios cindidos, vide nota 1 (c).

#### 12.1 Outros ativos financeiros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BDMG		
Saldo inicial	177.755	175.960
Capitalização do JCP	-	791
Capitalização dos dividendos	-	1.004
Baixa por cisão	(177.755)	-
	<u>-</u>	<u>177.755</u>
FIDC - APL Minas Gerais		
Saldo inicial	-	11.091
Valorização de cotas	-	575
Reclassificação para títulos e valores mobiliários	-	(11.666)
	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>177.755</u>

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 12.2 Investimentos em participações societárias

A Companhia possui investimento na Comipa, com a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa, a Companhia entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, e portanto, detém poder sobre esta e é considerada a sua controladora, em conformidade com as definições de controle do IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

<u>Investimentos</u>	<u>2018</u>		<u>2017</u>
	<u>Valor patrimonial do investimento</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
CODEPAR	-	-	180.260
CODEÁGUAS	-	-	1.831
PROMINAS	-	-	2.446
COMIPA	268	268	268
Outros investimentos	-	-	1.275
	<u>268</u>	<u>268</u>	<u>186.080</u>

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação dos investimentos em participações societárias:

<b>Controladas e coligadas</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Aquisição de participação</b>	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos</b>	<b>Distribuição de dividendos</b>	<b>Baixa por cisão</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>
CODEPAR	180.260	-	(584)	44	-	(179.720)	-
CODEÁGUAS	1.831	60	(194)	-	-	(1.697)	-
PROMINAS	2.446	-	153	-	-	(2.599)	-
SCP Água mineral	-	1.500	-	-	-	(1.500)	-
COMIPA	268	-	961	-	(961)	-	268
Outros investimentos	1.275	5	(3)	-	-	(1.277)	-
	<u>186.080</u>	<u>1.565</u>	<u>333</u>	<u>44</u>	<u>(961)</u>	<u>(186.793)</u>	<u>268</u>

<b>Controladas e coligadas</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Aquisição de participação</b>	<b>Redução de capital</b>	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos</b>	<b>Distribuição de dividendos/JCP</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
CODEPAR	349.260	34.860	(163.500)	(38.943)	(234)	(1.183)	180.260
CODEÁGUAS	1.336	3.000	-	(2.505)	-	-	1.831
PROMINAS	6.529	17.252	(16.702)	(5.255)	622	-	2.446
COMIPA	268	-	-	1.121	-	(1.121)	268
Outros investimentos	1.264	60	-	(49)	-	-	1.275
	<u>358.657</u>	<u>55.172</u>	<u>(180.202)</u>	<u>(45.631)</u>	<u>388</u>	<u>(2.304)</u>	<u>186.080</u>

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações financeiras resumidas da carteira de investimentos em coligadas e controladas – sendo que a Companhia perdeu o controle e participação de parte de suas investidas na Cisão, ou seja, em 31 de janeiro de 2018:

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucros ou (prejuízos)</u>
<b>Controladas</b>							
CODEPAR (i)	5.304	174.436	20	-	179.720	724	(584)
CODEÁGUAS (i)	2.465	89	857	-	1.697	182	(194)
PROMINAS (i)	3.582	14	650	340	2.606	75	153
<b>Coligadas</b>							
COMIPA	12.243	205	11.509	412	527	84.586	1.884
SCP Água Mineral (i)	3.000	-	-	-	3.000	-	-
	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucros ou (prejuízos)</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Resultado abrangente total</u>			
<b>Controladas</b>							
CODEPAR (i)	179.720	(584)	44	(540)			
CODEÁGUAS (i)	1.697	(194)	-	(194)			
PROMINAS (i)	2.606	153	-	153			
<b>Coligadas</b>							
COMIPA	527	1.884	-	1.884			
SCP Água Mineral (i)	3.000	-	-	-			

- (i) Empresas mantidas como investimentos em controladas e coligadas pela Codemig até a data da cisão. Subsidiárias integraram o acervo de investimentos descontinuados, conforme nota 1 (c). A data base considerada para apresentação das informações financeiras resumidas destes investimentos é 31 de janeiro de 2018, sendo essa a última informação financeira que impactou as demonstrações financeiras da Companhia, considerando sua saída a partir da cisão.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 13 Imobilizado

O imobilizado da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

	<u>Terrenos</u>	<u>Prédios e benfeitorias</u>	<u>Equipamentos operacionais</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Outros imobilizados</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>						
Custo	257.413	566.864	67.122	158.707	16.748	1.066.854
Depreciação acumulada	-	(117.486)	(33.349)	-	-	(150.835)
<i>Impairment</i>	(2.274)	(1.427)	-	(80)	-	(3.781)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<u>255.139</u>	<u>447.951</u>	<u>33.773</u>	<u>158.627</u>	<u>16.748</u>	<u>912.238</u>
Aquisições	208.365	3.920	3.135	31.177	166	246.763
Baixas	(4.902)	(4.463)	(1.772)	(80)	(40)	(11.257)
Transferências	5.649	18.579	11.909	(19.351)	(16.786)	-
Depreciação - adições	-	(7.412)	(5.476)	-	-	(12.888)
Depreciação - baixas	-	2.735	1.724	-	-	4.459
<i>Impairment</i>	51	87	-	80	-	217
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>464.302</u>	<u>461.397</u>	<u>43.293</u>	<u>170.453</u>	<u>88</u>	<u>1.139.532</u>
Custo	466.525	584.900	80.394	170.453	88	1.302.360
Depreciação acumulada	-	(122.163)	(37.101)	-	-	(159.264)
<i>Impairment</i>	(2.223)	(1.340)	-	-	-	(3.564)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<u>464.302</u>	<u>461.397</u>	<u>43.293</u>	<u>170.453</u>	<u>88</u>	<u>1.139.532</u>
Aquisições	100.581	148.543	22.861	975	-	272.960
Baixas	(83)	(373)	-	-	-	(456)
Depreciação - adições	-	(2.229)	(983)	-	-	(3.212)
Depreciação - baixas	-	266	-	-	-	266
<i>Impairment</i>	-	6	-	-	-	6
Baixa por cisão (nota 1 (c))	(225.009)	(354.327)	(42.948)	(171.428)	(88)	(793.800)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>339.791</u>	<u>253.283</u>	<u>22.223</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>615.296</u>
Custo	339.791	256.787	22.678	-	-	619.256
Depreciação acumulada	-	(3.504)	(455)	-	-	(3.960)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<u>339.791</u>	<u>253.283</u>	<u>22.223</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>615.296</u>

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme instrumento de retificação e ratificação à Justificação de Cisão Parcial da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, não compuseram a parcela de patrimônio cindido para a Codemge e, portanto, remanesceram no patrimônio da Companhia, o terreno de 349.000 m<sup>2</sup> situado no bairro Olhos D'Água, em Belo Horizonte, bem como a fração ideal correspondente a 41,48% do terreno, edificações e benfeitorias do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, conjunto arquitetônico que abriga uma sala para concertos sinfônicos, com padrão acústico internacional, e também é sede da Rádio Inconfidência e da Rede Minas de Televisão, cujos valores corresponderam à época a R\$167.900 e R\$177.641, respectivamente.

Em novembro de 2018 a parcela restante de 58,52% do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, foi utilizada pela Codemge para integralizar o aumento de capital da Companhia. Esta parcela foi avaliada em R\$271.802 naquela data (vide nota 22 (a)). Desde então a Codemig é a única detentora do ativo.

O Centro Cultural Presidente Itamar Franco está cedido em comodato não oneroso à partes relacionadas (Codemge e à empresas e entidades do Estado de Minas Gerais). O terreno, por sua vez, é objeto de avaliação pela administração para sua utilização com viés de desenvolvimento econômico do Estado. A situação de ambos ativos está condizente com o objeto social da Companhia (nota 1), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. A Companhia é autora de processo de reintegração de posse da parcela desse terreno, equivalente a 28.500 m<sup>2</sup> e, no julgamento de seus advogados, são remotas as chances de perdas nesse processo.

### 14 Intangível

O intangível da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

	<b>Custos de desenvolvimento</b>	<b>Direitos contratuais</b>	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Direitos de lavra e jazidas</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>					
Custo	8.747	860	209	12.100	21.916
Amortização acumulada	-	(15)	-	-	(15)
Impairment	-	-	-	(11.866)	(11.866)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>8.747</b>	<b>845</b>	<b>209</b>	<b>234</b>	<b>10.035</b>
Aquisições	5.276	784	5	-	6.065
Amortização	-	(297)	-	(3)	(300)
Impairment	-	-	-	(163)	(163)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>14.023</b>	<b>1.332</b>	<b>214</b>	<b>68</b>	<b>15.637</b>
Custo	14.023	1.644	214	12.100	27.981
Amortização acumulada	-	(312)	-	(3)	(315)
Impairment	-	-	-	(12.029)	(12.029)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>14.023</b>	<b>1.332</b>	<b>214</b>	<b>68</b>	<b>15.637</b>
Aquisições	2.228	-	6	-	2.234
Amortização - adições	-	(29)	-	-	(29)
Baixa por cisão (nota 1 (c))	(16.251)	(1.303)	(214)	(55)	(17.823)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>19</b>
Custo	-	-	6	13	19
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>19</b>

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 15 Partes relacionadas

#### (a) Composição

Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Grupo econômico</b>								
CODEMGE								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber (i)	3.621	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar (ii)	-	-	3.519	-	-	-	(3.736)	-
<i>Não circulante</i>								
Adiantamento de recebíveis (nota 20)(iii)	101.549	-	-	-	-	-	-	-
BDMG								
<i>Circulante</i>								
Juros sobre capital próprio (nota 8)	-	394	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	1	3	-	-	-	-
MGI (iv)								
<i>Circulante</i>								
Receita financeira de debêntures	-	-	-	-	1.939	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Contas a receber	-	17.992	-	-	-	-	-	-
Estado de Minas Gerais								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber	3.163	-	-	-	-	-	-	-
<b>Controladas</b>								
CODEÁGUAS								
<i>Não circulante</i>								
Despesas compartilhadas	-	141	-	-	-	-	-	-
CODEPAR								
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	1.183	-	-
PROMINAS								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita	-	126	-	-	-	6	-	-
<i>Não circulante</i>								
Despesas compartilhadas	-	-	-	220	-	-	-	(169)
Mútuo	-	-	-	-	-	47	-	-
<b>Coligadas</b>								
COMIPA								
<i>Circulante</i>								
Receitas arrendamento	-	-	-	-	4	4	-	-
Dividendos a receber (nota 8)	961	1.121	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>								
CBMM								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita (notas 7 e 23)	172.503	65.699	-	-	1.381.341	824.606	-	-
Contas a pagar (notas 16 e 23)	-	-	475.885	255.248	(476.931)	(276.586)	-	-
<i>Não circulante</i>								
Adiantamento de recebíveis (nota 20) (iii)	-	-	136.579	84.512	-	-	-	-
<b>Convênios (nota 1 (a))</b>								
Gastos com convênios	-	-	-	-	-	-	(2.303)	(61.251)

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (i) Diante dos atos societários da cisão mencionada na nota 1 (c), os valores acumulados em 31 de janeiro de 2018 de provisões registradas no contas a pagar da Companhia deverão ser liquidados pela Codemge quando da sua realização. Considerando que a Codemig é a sócia da SCP mantida com a CBMM, a Companhia figurará como intermediária dessa liquidação, sendo assim, um ativo de igual valor foi constituído contra a Codemge, na data da Cisão, e tem sido liquidado na mesma proporção do passivo. Vide nota 16.
- (ii) Refere-se, substancialmente a receitas de operações da Codemge que, embora tenha ocorrido a Cisão, ainda têm sido recebidas pela Codemig e deverão ser ressarcidas. A Codemig e Codemge estão finalizando todos os processos de formalização operacional e fiscal pós-cisão.
- (iii) Conforme determinaram os atos societários da cisão mencionada na nota 1 (c), os adiantamentos de receitas recebidos, decorrentes de operações futuras da SCP, da primeira e segunda operação, deverão ser liquidados pela Codemge quando de seu vencimento, a partir de 2020. Considerando que a Codemig é a sócia da SCP mantida com a CBMM, a Companhia figurará como intermediária dessa liquidação e, sendo assim, um ativo de igual valor foi constituído contra a Codemge, na data da Cisão, e tem sido atualizado na mesma proporção do passivo. Cabe ressaltar que a Codemig participou em setembro de 2018 de uma nova operação de antecipação de receitas a qual a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento – terceira operação. Vide nota 20.
- (iv) A MGI é uma empresa do Estado de Minas Gerais e foi acionista da Codemig por um curto período de tempo no início de 2018. A Codemig adquiriu do Estado de Minas Gerais debêntures emitidas pela MGI no início do exercício as quais foram recompradas pelo Estado ao final do exercício. Além disto, a MGI adquiriu em 2016 parcela da participação da Codemig no BDMG, cujo contas a receber foi liquidado ao final do exercício de 2018.

### **(b) Gastos com convênios**

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, e nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado. Devido à cisão parcial mencionada na nota 1 (c), houve transferência integral das obrigações legais e contratuais dos contratos de convênios para a Codemge, de modo que atualmente a Codemig só participa de um convênio de prestação de serviços para a segurança do seu imóvel no bairro Olhos D'Água em Belo Horizonte.

### **(c) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas**

Conforme descrito na nota 13, a Companhia possui imóveis cedidos em comodato não oneroso a partes relacionadas (Codemge, empresas e entidades do Estado de Minas Gerais).

### **(d) Remuneração da administração**

A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemge, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos seus membros que participam da administração da Codemge abriram mão de seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

público. A despesa com remuneração de administradores exclusivos da Codemig em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$228.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemge durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$6.682 e estão contabilizadas em sua maioria na Codemge (R\$6.048 em 31 de dezembro de 2017).

### 16 Contas a pagar

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pela Companhia como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM quando da exigibilidade dos débitos. Ademais, uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i)	416.586	238.993
Valores a pagar SCP (ii)	9.975	10.743
Valores a ressarcir a SCP (iii)	49.324	5.512
Fornecedores nacionais	-	19.129
	<u>475.885</u>	<u>274.377</u>
Circulante	426.561	270.197
Não circulante	49.324	4.180
	<u>475.885</u>	<u>274.377</u>

- (i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando da apuração do lucro real da SCP e de sua quitação pela CBMM junto à Fazenda Federal.
- (ii) O lucro líquido da SCP com a CBMM é apurado no regime de competência e apresenta ajustes de caixa para sua efetiva distribuição mensal, conforme disposições de sua Escritura Pública de constituição. Isto posto, os valores apurados em provisões registradas no lucro líquido da SCP são registrados no contas a pagar da Companhia, tendo em vista a expectativa de sua liquidação e consequentes compensação em resultados futuros da SCP.
- (iii) Com base em interpretação da Escritura Pública, foi acordado entre os sócios da SCP, através do 8º Termo de Acordo, que a Codemig participará dos custos financeiros de todas as operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela SCP, na proporção de 25% conforme a Escritura Pública, independentemente de participar dessas antecipações, demonstradas na nota 20. Contudo, considerando o efeito econômico do seu registro, o resultado das variações cambiais são descontadas da participação da Codemig na data da sua efetiva realização, em formato similar ao regime de caixa. Sendo assim, a Codemig, para refletir o passivo ou ativo gerado dessa obrigação ou direito criado pelo acordo, passou a registrar sua participação nas variações cambiais dessas

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

operações em seu balanço e o realiza no momento em que a dívida for amortizada pela SCP, quando será deduzida ou incrementada da sua participação na SCP a variação cambial final da operação.

### 17 Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos estão assim demonstrados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Principal das debêntures	-	335.580
Juros	-	1.305
Custos da transação	-	(4.725)
Prêmio debêntures	-	1.428
	<u>-</u>	<u>333.588</u>
Circulante	-	116.193
Não circulante	-	217.395
	<u>-</u>	<u>333.588</u>

As debêntures estavam garantidas pelos recebíveis da Companhia com a CBMM, referentes a sua participação na SCP. Conforme escritura das debêntures, sua remuneração era da taxa equivalente ao CDI + 2,25% a.a., cujos juros remuneratórios eram pagos mensalmente.

As debêntures foram emitidas em novembro de 2012, com dois anos de carência do principal, e possuíam o vencimento final em novembro de 2020, com a primeira amortização paga em novembro de 2014. Entretanto, em fevereiro de 2018, ocorreu o resgate antecipado da totalidade das debêntures de emissão da Companhia.

Abaixo encontra-se apresentada a movimentação dos empréstimos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	333.588	447.816
Amortização do principal	(335.580)	(115.080)
Pagamento de juros	(5.674)	(48.905)
Pagamento de prêmio debêntures	(1.428)	-
Juros incorridos	9.094	48.329
Provisão prêmio debêntures	-	1.428
Saldo final	<u>-</u>	<u>333.588</u>

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 18 Tributos a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PIS e COFINS	380	796
Imposto sobre mercadorias e serviços – ICMS e ISS	102	717
Impostos e contribuições retidas de terceiros	-	1.339
Impostos e contribuições retidas sobre salários	2	1.340
Imposto de renda e contribuição social correntes	137	-
	<u>621</u>	<u>4.192</u>

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (nota 1 (c)).

### 19 Salários e encargos sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS	6	2.260
Provisão de férias e 13º salário	-	5.590
Provisão de participação nos lucros e resultados (PLR)	-	3.192
Outros	-	1.498
	<u>6</u>	<u>12.540</u>

Em 31 de janeiro de 2018, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária que, por efeito da cisão, a Codemig deverá aditar e estender os efeitos dos acordos de convenção coletiva à Codemge, visando a garantia de manutenção de todos os direitos trabalhistas de todos os empregados da Codemig, que foram transferidos para a Codemge.

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (nota 1 (c)).

### 20 Adiantamentos recebidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Primeira e segunda operação	88.561	84.512
Terceira operação	48.018	-
	<u>136.579</u>	<u>84.512</u>

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em participar das operações de adiantamento de contrato de exportação realizados pela sócia ostensiva decorrentes de operações futuras da SCP, sendo o saldo de adiantamentos recebidos derivado das operações na qual houve concordância da Companhia em participar. Do valor em aberto, R\$49.539 foram recebidos em 2015, R\$39.022 em 2016 e R\$48.018 em 2018 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2022 e 2023, na primeira operação, entre 2020 e 2021 na segunda operação e entre 2023 e 2024 na terceira operação.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais adiantamentos foram realizados em reais pela CBMM, mas são vinculados às antecipações de cambiais em moeda estrangeira (iene) e serão quitados através da vinculação do cambial com a entrega de mercadoria para o mercado na moeda transacionada. Os custos deste financiamento são cobrados diretamente no resultado da SCP no momento em que incorrem, junto com os custos das operações que a Codemig não anuiu em participar. Como mencionado na nota 16, a variação cambial da dívida principal será cobrada apenas na vinculação dos cambiais com a parcela de exportação que amortiza a dívida da SCP.

Foi estabelecido nos atos societários da cisão, mencionada na nota 1 (c), que o passivo de adiantamento de receitas – SCP naquela data seria vertido para Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1 (b)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo, ou seja, com todos encargos financeiros.

Abertura dos adiantamentos por ano de vencimento:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Por ano de vencimento		
2020	19.511	20.293
2021	19.511	20.293
2022	12.385	10.981
2023	56.362	32.945
2024	28.810	-
	<b>136.579</b>	<b>84.512</b>

## 21 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Devido ao efeito da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018, as variações patrimoniais dos saldos informados estão apresentadas na nota 1 (c).

As provisões para contingências contabilizados em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas a seguir:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Contingências trabalhistas	-	140
Contingências cíveis (i)	18.960	21.406
Contingências tributárias	-	1.375
	<b>18.960</b>	<b>22.921</b>

(i) Do saldo total, R\$18.960 (R\$18.960 em 31 de dezembro de 2017) decorrem da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da indenização com a solução de uma disputa

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

judicial, que não se movimentou no exercício, que identificará quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Pela indefinição do real devedor e sua consequente inexigibilidade até a data de conclusão do processo, com o seu consecutivo trânsito em julgado, a Companhia considera tal indenização como uma contingência.

Exceto pelo processo cível mencionado em (i) acima, todos os demais processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes.

### Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Devido aos efeitos da cisão e do Termo de Indenização e Outras Avenças, a administração considera que, embora a Companhia esteja envolvida em processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios anteriores à cisão, na data base dessas demonstrações financeiras não há causas com probabilidade de desembolso futuro possível na Codemig (R\$15.654 em 31 de dezembro de 2017). Caso houvesse, não seria requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Conforme já mencionado, exceto pela contingência cível provisionada pela Companhia, todos os demais processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como prováveis e como possíveis. O valor das contingências assumidas pela Codemge, de probabilidade de perda provável e possível é de R\$1.805 e R\$8.411, respectivamente.

## 22 Patrimônio líquido

### (a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado é de R\$10.260 (R\$966.915 em 31 de dezembro de 2017), representado por 360.868 ações, sendo que a Codemge detinha 252.612 e o Governo de MG detinha 108.256 ações.

No mês de janeiro de 2018 o BDMG transferiu sua única ação à MGI - Minas Gerais Participações S.A. através de um Contrato de Compra e Venda de Participação Acionária entre as partes. Já na AGE de 26 fevereiro de 2018, a MGI e o Estado de Minas Gerais aportaram ações da Codemig na Codemge, nas quantidades de 1 e 99.929, respectivamente, de maneira que a Codemge, naquele momento, se tornou acionista controlador da Codemig.

Em 5 de março de 2018, foi aprovado em AGE o aumento de capital da Companhia pela emissão de 84.444 novas ações ordinárias em R\$220.072, subscrito por ambos acionistas mediante a incorporação da reserva de lucros ao capital social. Decorrente desse aumento, R\$84 foram incorporadas ao capital social da Companhia, enquanto os R\$219.988 restantes foram destinadas à reserva de capital como ágio na emissão de ações, alterando o capital subscrito de R\$10.043 para R\$10.127 divididos em 227.199 ações.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em novembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital na Companhia com a emissão de 133.863 ações no valor total de R\$272.198, das quais 194 foram canceladas em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), imediatamente posterior, alterando o valor do aumento de capital para R\$271.802. Nessa mesma AGE, o Estado de Minas Gerais renunciou ao seu

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

direito de subscrição de modo que a Codemge, exercendo seu direito de preferência, integralizou todo o montante. Desse aumento, R\$133 foram destinados ao capital social e R\$271.669 a reserva de capital, alterando o capital social de R\$10.127 para R\$10.260, dividido em 360.868 ações. A subscrição foi integralizada com a parcela de 58,52% do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, conforme descrito na nota 13. Como modo de reequilibrar as participações da Codemge e do Estado de Minas Gerais após a operação de aumento de capital da Codemig, o Estado de Minas Gerais recebeu, ainda em novembro de 2018, 40.099 ações da Codemig, de propriedade da Codemge.

A reorganização societária de cisão ocorrida em 31 de janeiro de 2018, cindiu parte do saldo do capital social no montante de R\$956.872.

### (b) Capital autorizado

Conforme seu Estatuto Social, Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

### (c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2018 a reserva de capital era de R\$591.170 (R\$99.513 em 31 de dezembro de 2017) e foi constituída integralmente por ágio na emissão de ações, na qual parte do preço da emissão das ações – que não tem valor nominal – ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

### (d) Reservas de lucro

#### (i) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2018 foi constituído R\$43 de forma que a reserva legal da Companhia atingiu seu limite legal, com saldo de R\$2.052 (R\$47.944 em 31 de dezembro de 2017).

#### (ii) Retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal, a proposição de dividendos mínimos e a compensação do saldo de prejuízos acumulados, a Companhia destina o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, contribuem para o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2018 a reserva de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, era de R\$90.978 (R\$537.266 em 31 de dezembro de 2017).

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (e) Dividendos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	911.123	273.350
Reserva legal (5%)	(43)	(13.668)
Base para dividendos	911.080	259.682
<b>Percentual estatutário de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro</b>	70%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	637.756	64.921
Dividendos distribuídos, excedentes ao mínimo	182.726	25.079
<b>Total de dividendos distribuídos</b>	<u>820.482</u>	<u>90.000</u>

Em Assembleia Geral ocorrida em 31 de janeiro de 2018, os acionistas da Companhia alteraram a política de dividendos autorizando sua distribuição intercalar, até o limite periódico mínimo de 30 dias entre as distribuições, por meio de deliberação do seu Conselho de Administração. A nova política de dividendos também alterou o dividendo mínimo a ser distribuído para 70% dos lucros apurados, após as deduções legais.

O Conselho de Administração aprovou, até setembro de 2018, a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$576.197, dos quais R\$446.887 foram pagos aos acionistas Codemge e Estado de Minas Gerais e R\$129.310 foram compensados com saldos patrimoniais devidos pela Codemge.

Além das deliberações de distribuição, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria Executiva da Codemig a deliberar a partir de outubro de 2018 os próximos dividendos intercalares, no limite do autorizado no orçamento e sob a condição exclusiva de existência de lucros.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a distribuição intercalar de dividendos de R\$244.285, que foram integralmente quitados no exercício de 2018.

### (f) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos apresentados em ajuste de avaliação patrimonial eram de R\$13.781 que demonstravam os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. Desse saldo foi cindido uma parcela de R\$12.911 (nota 1 (c)), restando o montante decorrente de valorização das quotas do FIDC. Esse instrumento financeiro, anteriormente classificado como disponível para venda, foi mensurado a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na conta de ajuste de avaliação patrimonial, por meio de outros resultados abrangentes. Com a liquidação do respectivo fundo, em fevereiro de 2018, os saldos foram realizados e registrados no resultado. O montante baixado no patrimônio líquido monta em R\$965, líquido de impostos.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 23 Receita

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita – SCP	904.410	548.020
Receita com arrendamentos e locações	71	460
Receita bruta	<u>904.481</u>	<u>548.480</u>
Impostos	(7)	(43)
<b>Receita líquida</b>	<b><u>904.474</u></b>	<b><u>548.437</u></b>

Considerando que a Companhia recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 e 16), apresentamos abaixo a abertura do lucro antes do imposto de renda da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	1.381.341	824.606
Imposto de renda e contribuição social corrente	(476.931)	(276.586)
<b>Receita - SCP</b>	<b><u>904.410</u></b>	<b><u>548.020</u></b>

#### 24 Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas com pessoal	(3.927)	(1.197)
Encargos sociais	(38)	(239)
Serviços de terceiros	(3.276)	(3.143)
Depreciação e amortização	(2.279)	(5.993)
Despesas tributárias	(14)	-
Indenizações	-	(5.260)
	<u>(9.534)</u>	<u>(15.832)</u>

Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido da cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada. Pela inexistência desse contrato em 2017, não há como refletir seu impacto comparativo no exercício anterior, considerando que, exceto pelas despesas com conselho de administração e fiscal, as despesas com pessoal do exercício de 2017 foram integralmente classificadas como despesas de operações descontinuadas.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 25 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pela Companhia está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras e da sua dívida junto aos debenturistas, liquidada em fevereiro de 2018. Ambas operações possuem como o benchmark o CDI, de modo que a flutuação de tal índice influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receitas</b>		
Juros recebidos de aplicações financeiras	20.567	48.332
Variação monetária ativa (i)	18.567	5.012
Outras	1.939	-
	<u>41.073</u>	<u>53.344</u>
<b>Despesas</b>		
Juros de empréstimos e financiamentos	(9.098)	(49.757)
Variação monetária passiva	(46)	-
Outros	(591)	(758)
	<u>(9.735)</u>	<u>(50.515)</u>
	<u>31.338</u>	<u>2.829</u>

- (ii) A variação monetária registrada decorre substancialmente da dívida entre Codemig e Codemge derivada do ato de cisão que transferiu à Codemge a dívida de adiantamentos recebidos até a data da cisão. Sendo assim, conforme informado nas notas 16 e 20, a Codemig registra a variação cambial de todas as dívidas da SCP no resultado da SCP e em seu balanço, mas a variação cambial exclusiva daquelas antecipações cindidas serão ressarcidas pela Codemge no momento da sua realização.

### 26 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Até a data de sua cisão, a Companhia apresentava prejuízo fiscal, uma vez que a maior receita da Companhia, proveniente da SCP, possui tributação própria.

Com a cisão, os custos e despesas operacionais das demais atividades da Companhia foram absorvidos pela Codemge, o que fez com que a empresa passasse a apresentar resultados fiscais positivos e apurar tributos sobre o lucro.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>912.976</b>	<b>273.350</b>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(310.412)	(92.939)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusão permanente do resultado da SCP	307.499	186.327
Exclusões / (adições) permanentes, líquidas	5.374	(17.041)
Ativo diferido não registrado	-	(76.347)
Ajuste decorrente de cisão parcial	(5.143)	-
Utilização de prejuízos fiscais (30%)	804	-
Outros	25	-
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas</b>	<b>(1.853)</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.853)	-
<b>Total</b>	<b>(1.853)</b>	<b>-</b>
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	<i>-0,20%</i>	<i>0,00%</i>

- (i) Considerando a legislação fiscal brasileira, uma operação societária de cisão encerra um período fiscal e a partir daquela data se inicia outro. Dessa maneira, o resultado fiscal apurado pela Codemig em 31 de dezembro de 2018 é de onze meses, e não de doze, uma vez que o mês de janeiro foi considerado como período fiscal encerrado com a cisão. O período de 1 mês findo em 31 de janeiro de 2018 apresentou prejuízo fiscal de R\$15.127.

## 27 Lucro por ação

### Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Operações continuadas</b>		
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	925.313	536.555
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>226.312</u>	<u>136.054</u>
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	<u>4.088,66</u>	<u>3.943,68</u>
<b>Operações descontinuadas</b>		
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(14.190)	(263.205)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>226.312</u>	<u>136.054</u>
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	<u>(62,70)</u>	<u>(1.934,56)</u>

## 28 Eventos subsequentes

### (a) Distribuição de dividendos Codemig e Codemge

Em janeiro de 2019, foi realizada reunião da Diretoria da Codemig onde foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$100.000, ainda baseados no lucro de 2018. A acionista Codemge, detentora de 252.612, teve direito à R\$70.001 de dividendos enquanto que o acionista Estado de Minas Gerais, detentor de 108.256 ações nesta data, teve direito à R\$29.999.

### (b) Contrato de financiamento do projeto de Terras Raras da Codemge

Em fevereiro de 2019 a Codemig assinou um contrato de financiamento de projeto com a Finep (Financiadora de Inovação e Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), tendo a Codemge como executora do projeto e a Codemig como financiada. O contrato de financiamento prevê o recebimento pela Codemig de R\$130.475 parcelado em conformidade com o cronograma de desembolso do projeto, possui uma carência de 48 meses e será amortizado em 97 parcelas mensais sucessivas. Os encargos financeiros previstos no contrato é de TJLP menos 0,5% ao ano.

O projeto financiado é de desenvolvimento de um laboratório-fábrica de ímãs de Terras Raras, iniciado pela Codemig e sucedido pela Codemge após a Cisão. Os demais contratos adjacentes entre as partes ainda não foram firmados, como contrato para regular o repasse do recurso para a Codemge e contratos de garantias exigidos. Considerando que a Codemig não participa mais do projeto, as garantias serão de encargo exclusivo pela Codemge.

\* \* \*